

1

**Reunião ordinária pública****Ata n.º 06/2019****Data: 2019-03-04****Início: 14.31 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho****Termo: 17.26 horas****Presenças:**

<b>Vice-Presidente</b>	<b>Hugo Renato Ferreira Cristóvão</b>
<b>Vereadores</b>	José Manuel Mendes Delgado
	Célia Maria Nunes Azevedo Bonet
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Francisco Lopes Madureira Salgueiro
	Hélder Duarte Henriques

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

A Sra. Presidente não participou na reunião por se encontrar de férias. -----

O Sr. Vereador Luís Manuel Monteiro Ramos justificou a falta à reunião e solicitou a sua substituição, ao abrigo do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, tendo sido substituída pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista apresentada pelo Partido Social Democrata, Francisco Lopes Madureira Salgueiro, devidamente convocado para o efeito.

**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----**

**BALANCETE -----**

**N.º 01 – SEGUNDA ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR NO ÂMBITO DO REGIME EXTRAORDINÁRIO DA REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS – homologação e publicitação do relatório da discussão pública (1/ESPP/DGT/2019 - 3/INSTGT/DGT/2018)-----**

**PROPOSTAS:-----**

**PROPOSTA DA PRESIDENTE: -----**

**N.º 02 – REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TOMAR NA MÉDIOTEJO21 - AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO MÉDIO TEJO E PINHAL INTERIOR SUL (23/PPRC/PR/2019)-----**



  
2

**N.º 03 – CEDÊNCIA DE VIATURAS NO MÊS DE JANEIRO DE 2019 (17/PGEN/PR/2019 - 15/DIVER/PR/2013) -----**

**INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----**

**N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 (22/PPRC/PR/2019)-----**

**GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR "TOMARINVESTE":-----**

**N.º 05 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR - candidatura para alienação do lote 10ALT em direito de superfície (1078/ENTE/DAJA/2019) -----**

**N.º 06 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR - candidatura para alienação do lote 10ALT em regime de propriedade plena (50/AGEN/DAJA/2019) -----**

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**

**N.º 07 – EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE TOMAR – revisão de preços (50/EMPR/DOM/2019 - 244/CONPUB/DOM/2017) -----**

**N.º 08 – EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE TOMAR – Conta final (51/EMPR/DOM/2019 - 244/CONPUB/DOM/2017) ----**

**N.º 09 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA DA REPÚBLICA (1/PPRC/DTC/2019 - 3/PQEST/DOM/2013) -----**

**N.º 10 – PARQUES DE ESTACIONAMENTO TARIFADOS NA CIDADE - resultados operacionais no ano de 2018 (37/PGEN/DOM/2019 - 1/PQEST/DOM/2013) -----**

**DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----**

**N.º 11 – SEMANA DA JUVENTUDE 2019 – PREÇO DA INSCRIÇÃO NA ATIVIDADE TOMAR COR (61/PGEN/UDJ/2019) -----**

**DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----**

**N.º 12 – EVENTO DENOMINADO FORROBODÓ – isenção de taxas – Tuna Templária do Instituto Politécnico de Tomar (48/AGEN/DAJA/2019 - 4/AUTLIC/DAJA/2019)-----**

**N.º 13 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO CARNAVAL DA LINHACEIRA - Associação Cultural e Recreativa de Linhaceira (2/PUBO/DAJA/2019 - 1/PUBLI/DAJA/2019) -----**

**N.º 14 – AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO DA LUSOSMILE MEDICINA DENTÁRIA NAS RUAS DE TOMAR (623/ENTE/DAJA/2019 - 1/PUBLI/DAJA/2019)-----**

**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----**

**N.º 15 – DESENVOLVIMENTO DE PROJETO NO CONCELHO DE TOMAR NO ÂMBITO DO**



3

**PROGRAMA CLDS-4G - 4.ª GERAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (5/ESPP/UISE/2019)-----**

**N.º 16 - PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - ANEXO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO RELATIVO AO ANO LETIVO 2018/2019 (1199/ENTE/DAJA/2019 - 5/PROGAPED/DEAS/2013) -----**

**N.º 17 - ATRIBUIÇÃO DO NOME DE IDALINA VARINO À BIBLIOTECA ESCOLAR DA ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO E JARDIM DE INFÂNCIA DOS TEMPLÁRIOS (822/ENTE/DAJA/2019) -----**

**N.º 18 - RESERVA DE RECRUTAMENTO NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL - ÁREA DE EDUCAÇÃO (5/PAIN/UISE/2019 - 13/DIVER/DEAS/2013)-----**

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----**

**N.º 19 - AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIO SITO NA RUA DE SANTA IRIA, N.º 12 A 18 - Ninho do Falcão - Actividades Hoteleiras Lda (1/VIST/DGT/2019 - 387/EDIF/DGT/2016) -----**

**N.º 20 - AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIO SITO NA RUA DE SÃO JOÃO, N.º 115 a 119— Isabel Maria Mendes Oliveira (2/VIST/DGT/2019 - 8/EDIF/DGT/2019) -----**

**N.º 21 - CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE - Fernando Manuel Branco (48/ECER/DGT/2019 - 29/EDIF/DGT/2019) -----**

**N.º 22 - TOPONÍMIA - ATRIBUIÇÃO DO TOPÓNIMO RUA JOSÉ ROSA VENÂNCIO A ARTÉRIA DA FREGUESIA DE SABACHEIRA (844/ENTE/DAAOA/2014 - 4/DIVER/DOM/2013)**

**N.º 23 - ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE COMÉRCIO PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS - ESTACIONAMENTO - Luís Manuel Monteiro Ramos e outros (38/JUEL/DGT/2019 - 399/EDIF/DGT/2018) -----**

**N.º 24 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade (284/PGEN/DGT/2015 - 1829/EDIF/DOGT/2013) -----**

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----**

**N.º 25- APOIO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS À 2.ª CORRIDA DA CRIANÇA DE SÃO PEDRO (303/ENTE/DAJA/2019) -----**

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----**

**N.º 26 - DOAÇÃO DE CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS - COLEÇÃO VISITÁVEL (23/PGEN/DTC/2019 - 9/ESPEQ/DTC/2014)-----**



J.  
4

**N.º 27 - DOAÇÃO DE CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS - COLEÇÃO VISITÁVEL (171/PGEN/DAJA/2019 - 9/ESPEQ/DTC/2014) -----**

**EXPEDIENTE: -----**

**N.º 28 - UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP (1308/ENTE/DAJA/2019 - 15/DIVER/PR/2013)-----**

**Sendo catorze horas e trinta e um minuto, o Sr. Vice-Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao período de atendimento do público. -----**

**Esteve presente o Sr. Francisco Carlos** que começou por perguntar se, depois de aqui ter colocado a situação, a limpeza das bancadas do Estádio Municipal melhorou ou se continua tudo igual.-----

**O Sr. Vice-Presidente** disse que houve a preocupação de, junto dos serviços, perceber se teria existido alguma situação anormal e nada foi reportado; a situação tem estado dentro da normalidade e não há reporte de lixo acumulado; a limpeza do Estádio Municipal é assegurada pelos trabalhadores da Câmara e, quando há necessidade de reforço de recursos humanos, nomeadamente ao fim-de-semana, pelo pessoal da empresa que presta serviço ao município; deve ter-se tratado de um momento mais excepcional, até porque, recentemente, a empresa prestadora de serviços mudou. -----

**O Sr. Francisco Carlos** referiu que a situação melhorou alguma coisa. Sugeriu que fossem colocadas umas placas a pedir que se mantenham as bancadas limpas. Perguntou se é da responsabilidade da Câmara a brita que é posta nas bermas das estradas onde há falta de alcatrão.-----

**O Sr. Vice-Presidente** disse que, na maioria das vezes, é trabalho efetuado pelas Juntas de Freguesia, mas poderá haver outras situações.-----

**O Sr. Francisco Carlos** disse que a situação que verificou acontece numa estrada nacional e não é o processo mais indicado porque, com o rodado dos veículos, a brita passa para a via, torna a condução perigosa, e põe todos em perigo. -----

**O Sr. Vice-Presidente** referiu que, nesse caso, a responsabilidade será da Infraestruturas de Portugal apesar de, por vezes, as Juntas de Freguesia se substituírem no reforço ou melhoramento de algumas valetas; no caso, não tem a certeza, mas vai apurar.-----

**O Sr. Francisco Carlos** referiu a situação da proliferação de cartazes que são colocados e permanecem abandonados e o facto de, até ao momento, não ter havido divulgação nos jornais locais, com exceção para o Mirante, que deu notícia na primeira página. Perguntou se se fez alguma coisa. -----



**O Sr. Vice-Presidente** referiu que os órgãos de comunicação social são autónomos e, de acordo com os seus critérios, divulgam, informam e comunicam aquilo que entendem, sendo certo que, segundo julga saber, o Cidade de Tomar fez notícia da intervenção na reunião pública.-----

**O Sr. Francisco Carlos** disse que, mais uma vez, pretende sensibilizar para o problema da poluição ambiental, perguntar se já foram tomadas as medidas adequadas para este combate árduo que têm que enfrentar, em nome da defesa do ambiente, e quais; é preciso resolver este problema, que é de todos, e têm todos que, com ações, se envolver nesta caminhada, urgente e longa; está mais do que provado que o que tem sido feito no passado recente não tem dado resultados suficientes, nem visíveis, e é preciso procurar outros meios mais eficientes. Sugeriu que a educação ambiental e cívica fosse ensinada com mais intensidade nas escolas e jardins de infância, inculcando na mente das crianças que um futuro melhor depende das suas decisões, ensinamento que não pode ser casual e deverá passar englobado em disciplina obrigatória. Disse que acredita que a chave para o problema que enfrentam possa estar numa solução tão simples como esta e é preciso ter coragem e vontade para a pôr em prática, assim como a outras ideias que surjam. Apelou aos responsáveis que têm a chave do poder, aos governantes e instrutores, e a todos em geral, em nome da defesa do ambiente e das gerações vindouras, que não deixem morrer o jardim planeta. -----

**O Sr. Vice-Presidente** referiu que os municípios não determinam currículos escolares; há um currículo nacional que tem as suas regras e os agrupamentos de escolas aplicam-nas nas disciplinas e nas designadas áreas não disciplinares; a formação cívica foi reposta há cerca de três anos letivos e o que é lecionado ou não fica muito ao critério do professor, normalmente tendo em conta a turma que tem à sua frente; para além disso, as questões ambientais são dadas nas ciências da natureza e em outras disciplinas. Referiu que, concordando ou não com a proposta, da parte do município, o que se pode dizer é que compete ao Ministério da Educação determinar as disciplinas e outras matérias que são lecionadas nas escolas, e ainda bem que assim é; há orientações nacionais e o núcleo do que é ensinado nas escolas é igual em todo o país. Referiu que as preocupações apresentadas são legítimas e que também os eleitos presentes têm preocupações ambientais e essencialmente cívicas da mudança de comportamentos, que todos têm como desígnio ajudar a acontecer, seja nas questões mais simples, como depositar o lixo nos contentores apropriados, seja a montante, na atitude de cada um e das empresas. Sublinhou que há muito a fazer para que as mentalidades vão mudando e que isso começa muito na educação e na formação dos mais jovens; em grande



6

parte, estas questões já são lecionadas nas escolas, há trabalho do município, em conjunto e articulação com os agrupamentos de escolas e com outras entidades, como a Resitejo que, ao longo do ano, desenvolve atividades a pensar nessa educação ambiental para as escolas, há um serviço ambiental municipal com sede na casa do guarda da Mata dos Sete Montes onde são preparadas muitas atividades nesta matéria, com as escolas e para as escolas, que as usam ou não no respetivo plano pedagógico e curricular anual, mas, em Tomar e nos outros concelhos, as escolas são soberanas e as atividades estão de acordo com o currículo nacional e com aquilo que é decidido nos órgãos próprios de cada agrupamento (Conselho Pedagógico e Conselho Geral) e aplicado depois por cada um dos professores; não está no domínio dos municípios impor aos agrupamentos de escolas esta ou aquela matéria, vão trabalhando e tentando fazer atividades em conjunto e sensibilizar para algumas matérias.-----

**O Sr. Francisco Carlos** perguntou porque é que não se apresenta o problema/ideia ao Parlamento, por exemplo, para que estas bases sejam incutidas nas crianças e com mais intensidade; fala-se em ambiente e em deveres cívicos, mas está tudo na mesma em termos de resultados práticos. -----

**O Sr. Vice-Presidente** frisou que tenta ter uma visão mais positiva das coisas e ser otimista, também em relação às questões ambientais e de civismo ambiental, e não tem essa visão tão pessimista; apesar de tudo, as coisas estão a mudar, há cada vez mais uma consciência sobre essas matérias; há quinze/vinte anos, quando se começou a falar de reciclagem, era chinês para a grande maioria das pessoas e hoje já não é assim; infelizmente, ainda há muitos cidadãos que não se portam da melhor maneira, mas as coisas vão mudando, apesar de não ser da forma tão célere como desejariam; especialmente os mais jovens, têm cada vez mais essa noção da reciclagem e da deposição do lixo nos locais adequados, das questões ambientais e da poluição em geral; essa sensibilização e essa consciência de que é preciso fazer alguma coisa e que têm que mudar hábitos vai acontecendo, às vezes com algumas imposições. Adiantou, a título de exemplo, que o município deixou de utilizar garrafas de plástico; já estava a trabalhar nesse sentido mas, entretanto, o próprio Governo determinou que as entidades devem abandonar o uso do plástico; parece uma pequena questão, mas não é; nos últimos meses, têm visto isso de forma mais abrangente, a começar na questão das cotonetes, das palhinhas e de outras situações de plástico descartável que, se calhar, ainda parece difícil, mas, daqui a dois ou três anos, irão ver que esse tipo de plástico já não é usado; o mundo vai mudando todos os dias e a consciência das pessoas também; se calhar, devia ser mais rápido e, nalgumas pessoas, individualmente, dificilmente se vai mudar essa



7

mentalidade, mas, coletivamente, a mudança vai acontecendo; são todos chamados a contribuir para ela e o exemplo que o Sr. Francisco Carlos demonstrou na sua última ação cívica de recolha de lixo é muito importante; no concelho de Tomar, há cada vez mais exemplos de pessoas que metem mãos à obra, em vez de ficarem a criticar, a dizer que é tudo mau ou que a culpa é da Câmara ou do Governo; são esses bons exemplos que têm que mostrar e demonstrar que podem e devem acontecer, porque também ajudam à mudança de mentalidade e contribuem para que os dois ou três que ainda ficam a dizer que a culpa é dos outros, se calhar acabem por sentir vergonha de o fazer quando, ao lado, têm pessoas a fazer e a mostrar que é possível fazer. Referiu que é um trabalho e um desígnio coletivo, mas demora o seu tempo a dar frutos. -----

**O Sr. Francisco Carlos** agradeceu a oportunidade de apresentar as suas preocupações e a solidariedade que recebeu, e espera não ter que estar aqui, daqui a meia dúzia de anos, ainda a falar do assunto. -----

**O Sr. Vice-Presidente** referiu que, enquanto se espera, tem que se ir fazendo alguma coisa.

**O Sr. Francisco Carlos** disse que espera ver obras e poder por mãos à obra. -----

**Esteve presente o Sr. Nuno Miguel Ramos Graça** que, no uso do direito que qualquer cidadão tem de questionar a Câmara sobre os assuntos do concelho, pretende abordar o financiamento ao associativismo, e particularmente à cultura, para o qual é utilizado dinheiro dos contribuintes; da análise ao documento que foi disponibilizado no facebook da Câmara e aos apoios dados, conclui que não é dado um apoio à cultura, mas sim ao entretenimento da população; é utilizado quase um quinto do apoio que dão às associações em dois festivais que duram seis dias e é preciso perguntar o que é que fica na cidade desses festivais; são importantes e não tem nada contra esses acontecimentos, mas este apoio revela uma falta de respeito perante todas as associações locais. -----

**O Sr. Vice-Presidente** referiu que não percebeu de que festivais se está a falar, mas parece-lhe haver alguma confusão. -----

**O Sr. Nuno Graça** referiu que um dos festivais é o Bons Sons. -----

**O Sr. Vice-Presidente** adiantou que o festival Bons Sons não é objeto do programa de apoio ao associativismo. -----

**O Sr. Nuno Graça** disse que sabe isso, não está a confundir nada e tem conhecimento que, este ano, o Bons Sons recebe oitenta mil euros. Reiterou que o apoio dado a dois festivais totaliza quase um quinto do valor do apoio ao associativismo frisando a falta de coerência da política do executivo, que mistura com a cultura cervejas, vinhos, halowens, torneios de



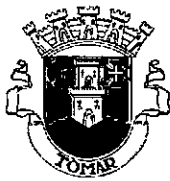
futebol, tratores, arraiais, desfiles de carnaval, passagens de ano e festivais gastronómicos; cultura devia englobar música, dança, teatro, pintura, fotografia e outras áreas que existem. Frisou ainda que o executivo é constituído por duas pessoas ligadas às bandas filarmónicas (um foi músico, outro foi presidente) mas o apoio que a Câmara deu às quatro bandas não permite apostar na melhoria dos conjuntos; quem está no meio sabe que os quatro mil euros que deram a cada uma não chega sequer para fazer face a coisas fundamentais para uma banda funcionar (fardamentos, manutenção dos instrumentos, material para dar aos músicos, para já não falar no pagamento aos maestros). Considerou ridículo apoiar as bandas com quatro mil euros, para além de que foi apoiada como banda uma classe de conjunto de uma escola de música; não lhe parece bem porque, como toda a gente sabe, só há quatro bandas filarmónicas no concelho de Tomar; não tem conhecimento que tenha sido criada mais uma, mas, se foi, acha muito bem. Considerou igualmente um bocado ridículo apoiar com dezoito mil euros três semanas de estágio para formação de alunos. Defendeu que, com a sensibilidade que demonstrou nestes apoios, o executivo mostra que o que quer é entreter as pessoas e não verdadeiramente apoiar a cultura e o desenvolvimento cultural do concelho; havendo uma companhia profissional no concelho, criada há um ano, é uma falta de respeito perante os seus profissionais os apoios que foram dados, revelando que há falta de conhecimento de como se constrói um espetáculo de raiz; com oitenta mil euros, esta companhia conseguia fazer uma programação anual para o concelho, para adultos e para crianças; o dinheiro que é utilizado pelo executivo, este ou outro, é dos contribuintes e qualquer executivo tem que trabalhar em prol do concelho e das pessoas que lá moram, para o bem-estar, não apenas para os turistas que vêm a Tomar dois, três ou quatro dias; as pessoas que moram em Tomar têm que se sentir bem com o concelho, com a cidade e com aquilo que se lhes pode oferecer; quem nos visita merece, mas quem cá mora merece muito mais. Referiu que o movimento profissional não pode estar incluído no apoio ao movimento amador, tem que haver formas de apoio diferentes, e, pessoalmente, está sempre disponível para ajudar a melhorar o que achar que estiver mal e para discutir uma forma diferente de apoiar. -----

**O Sr. Vice-Presidente** disse que irá tentar esclarecer aquilo que, à partida, sabe que não será esclarecido, porque só é esclarecido quem quer. Referiu que o município não apoia projetos profissionais e que o programa de apoio ao associativismo pretende apoiar as atividades e projetos das cerca de duzentas associações que o concelho tem; este ano, candidataram-se a apoio cerca de setenta associações do movimento associativo local, de todo





o género; no pós vinte cinco de abril, falava-se muito em cultura e recreio (até para usar algo parecido com a expressão usada, o entretenimento), mas, felizmente, o mundo munda todos os dias, as coisas vão-se alterando e, de há muitos anos a esta parte, o associativismo é muito mais do que cultura e recreio, é lazer, juventude, social, associações de pais e muitas outras coisas; há dois ou três anos, o programa de apoio do município de Tomar também mudou esse paradigma e passou a permitir que todas as associações possam concorrer; a par dessa mudança de paradigma, tem vindo a ser aumentado o volume global do apoio ao associativismo - entendido como atividade amadora; aquilo que as associações e centenas de dirigentes associativos e técnicos fazem no dia-a-dia, no concelho - que, este ano, se estima em quinhentos mil euros; os apoios atribuídos podem vir a não ser entregues na totalidade porque há regras definidas que as associações apoiadas têm que cumprir, nomeadamente comprovando o desenvolvimento das atividades. Salientou que o município de Tomar, a exemplo do que acontece em noventa e cinco por cento dos municípios portugueses, ou mais, não tem sequer capacidade para apoiar grupos profissionais, pelo menos de forma regular e de forma a poderem viver desse apoio; não é possível, por exemplo, ter uma banda ou uma orquestra residente, mesmo os grandes projetos que aconteceram no país acabaram por correr mal porque não há sustentabilidade. Referiu que, por outro lado, confundir isto com os apoios extraordinários atribuídos, como é o caso do Festival Bons Sons demonstra um grande desconhecimento, desde logo porque é dito que não há retorno; os retornos são públicos, a associação todos os anos faz demonstração pública dos resultados e é evidente que o festival dá um retorno de alguns milhões de euros à comunidade; a par com a Festa dos Tabuleiros, é o evento que mais promove o concelho de Tomar no contexto nacional e até internacional, com muitos retroativos para a comunidade; não seria sequer lógico que fosse apoiado no programa de apoio, porque é um evento específico e tem que ser tratado dessa forma, até pela sua dimensão; é um evento com um orçamento na casa do meio milhão de euros e o município apoia com oitenta mil euros, uma parte muito pequena do investimento e do trabalho daquela comunidade, que devia ser exemplo para outros e não fica à espera dos subsídios para fazer coisas, para além de que, ao longo dos anos, fez algo em que ninguém acreditava; nos primeiros anos, não tiveram qualquer apoio, nomeadamente do município, e conseguiram criar algo que hoje é uma referência nacional e internacional e onde o pequeno apoio que a Câmara consegue dar é o mínimo que é obrigatório. Disse que não perceber isto é olhar apenas para o próprio universo; é natural que assim aconteça, mas têm que perceber que há outros universos para além do seu; percebe a visão do profissional de música, mas o



10

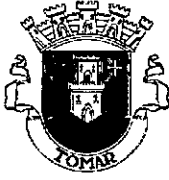
município não tem a possibilidade de financiar a companhia profissional que foi criada; quem achar que tem, está engado ou a enganar-se a si mesmo; o mesmo é válido para as escolas de música, que têm financiamento do Estado; Tomar tem duas escolas de música e uma de dança reconhecidas pelo Ministério da Educação e têm que ter financiamento do próprio, como acontece com as demais que existem em Portugal; há algum apoio a algumas atividades porque o município assim o entende, mas o programa de apoio ao associativismo não é um programa específico para o funcionamento das escolas de música, até porque seria insustentável; o mesmo quando se fala de estágios de formação de alunos, onde são cobrados valores aos participantes; se, ainda assim, o município apoia já está a fazer mais do que deveria porque estes eventos deviam ser autofinanciados; podia aparecer alguém de outra associação, e isso acontece, a perguntar porque é que estão a apoiar eventos que são cobrados às pessoas. Referiu que todas as visões são sempre legítimas e que é natural, e habitual, que cada um ache que o seu exemplo é aquele que merece mais e aquele que mais merecia ser apoiado, mas, felizmente, tem deixado de ser tão natural; hoje, a realidade do movimento associativo local indica que, cada vez mais, as associações trabalham em conjunto, colocam recursos, problemas e soluções em comum, mas ainda há alguns que tendem a olhar como antigamente, que eles é que são os bons e os outros é que não merecem; o município não pode entrar essas lógicas, trabalha de igual para todos, com regras iguais para todos; o programa de apoio ao associativismo tem regras comuns e iguais para todos e com a respetiva definição, em cada ano, há uma candidatura, com um valor máximo definido; perante as candidaturas, é aplicada uma fórmula que distribuiu esse máximo por cada uma das entidades; situações excecionais que possam acontecer, como é o caso do festival Bons Sons, têm que ser vistas noutro contexto. -----

**O Sr. Nuno Graça** salientou que só referiu a companhia profissional porque consta da lista de entidades apoiadas; não referiu sequer o valor do apoio porque têm uma reunião agendada com o vereador responsável e aí dirão de sua justiça. Pretendeu deixar vincado que, havendo oitenta mil euros no acontecimento, a companhia profissional faria espetáculos para a comunidade durante todo o ano; não está a dizer que tem que ser financiada pela Câmara até porque não era esse o valor do orçamento que a companhia apresentou. Venceu que todas as atividades são bem-vindas e que nada tem contra o festival, não disse que não merecem os oitenta mil euros, ou mais, se for caso disso, nem que merece mais do que os outros; limitou-se a referir o que a companhia faria com aquele montante; não tem ligação diretiva a nenhuma das bandas, mas criticou o apoio que lhes foi dado e ainda não ouviu o porquê; não



disse que os festivais da cerveja e similares não merecem ser apoiados, mas sim que os apoios aparecem na área cultural, assim como as mostras de tratores com um bocado de música e nem tudo que tem música é cultural; sempre ouviu falar em quatro bandas filarmónicas e, este ano, foi apoiada uma banda que não existe, mas até é favorável a que haja muitas bandas, assim como à realização de trabalho em conjunto, como deixou claro quando disse que não se importa de dar a sua contribuição para o concelho, para ajudar a definir o que é que será melhor a nível de apoios. Realçou que, se o apoio ao associativismo é só para o movimento amador e não está direcionado para uma companhia profissional isso lhes devia ter dito à partida; nesse caso, a Companhia das Artes não tem lá enquadramento, mas foram encaminhados pelo executivo para apresentar candidatura; uma eventual ligação do município a um projeto profissional não significa que tenha que pagar o financiamento a cem por cento, tem é que dar um apoio digno àquilo que seja possível fazer e terão que se arranjar outros apoios privados. -----

**O Sr. Vice-Presidente** referiu que cada um compreende o que quer, mas tem que haver alguma capacidade de interpretação dos documentos; o programa municipal não se destina a apoiar a cultura ou o desporto, está desenhado para apoiar o associativismo e as atividades das associações do concelho; gerir a coisa pública e fazer política é tomar decisões e opções e a opção podia não ter sido essa; o município podia ter um programa de apoio à cultura, mas também é sempre complicado definir o que é cultura, há sempre visões diversas da questão; para si, a cultura não se impõe, é aquilo que as pessoas procuram; podem educar-se e criar-se públicos para a cultura, para cada uma das suas múltiplas manifestações, mas não impor a cultura, se bem que, às vezes, haja essa tentativa; concorde-se ou não, o programa é claro, resulta da opção política do executivo de ter um programa abrangente e igual para todos, deixando de lado, na tal lógica da cultura e recreio, um certo protecionismo a quem fazia cultura e desporto; o programa é abrangente e todas as associações podem concorrer mediante o cumprimento das mesmas regras. Frisou que o município não apoia o Festival da Cerveja, mas sim questões logísticas desse evento, porque não deixa de ser um evento da cidade que é frequentado por uns milhares de pessoas e não percebe porque é que essas pessoas terão menos direito do que as que vão ao tal espetáculo cultural que alguém entende que é mais importante; o executivo podia fazer seriação, mas, por opção, não o quer fazer e deixa isso à vontade do movimento associativo e dos seus utilizadores, e dos munícipes do concelho; foi a opção que tomaram e é dessa forma que gerem o dinheiro que é de todos, mas estão cientes de que poderão sempre haver outras formas de gestão; na generalidade dos



12

municípios, há o mesmo entendimento que em Tomar, ou estão a caminhar neste sentido. Referiu que procederam com as bandas como já antes tinham feito com os ranchos, definindo um valor fixo igual para todos; foi uma opção e é tão criticável como qualquer outra que pudessem tomar, mas as regras estão definidas, são transparentes e iguais para todos. Disse que a companhia profissional não foi entendida como uma empresa profissional, foi apresentada como associação e concorreu a um apoio, como todas as outras; se não é uma associação e é uma empresa de profissionais, é uma questão da própria associação, na certeza de que o que terá sido dito é que teriam que ser uma associação para concorrer ao programa de apoio ao associativismo. -----

**O Sr. Nuno Graça** referiu que não vale a pena falar naquilo que não disse; poderá ir buscar o computador para comprovar que a festa da cerveja foi apoiada financeiramente pela Câmara, bem como outros festivais, na área cultural; não disse que não merecem e não tem nada contra que se apoie, mas não percebe que se diga que o município não apoia Festivais de Cerveja; também não disse que a Banda A merece mais do que a B ou que a C é melhor ou pior; o que disse é que foi apoiada uma banda que não existe e ainda não foi explicada a quinta banda filarmónica; acha muito bem que o município apoie as escolas de música e de dança, porque tem que servir a população e gere o dinheiro que é de todos; não vale a pena por na sua boca aquilo que não disse ou uma ideia que não quer aqui deixar; não defendeu que nenhuma associação merece mais ou merece menos, apenas comparou os oitenta mil euros porque é um apoio extraordinário e com um valor semelhante uma companhia fazia uma programação anual, sem com isso estar a dizer se merece mais ou menos; é uma opção do executivo e qualquer executivo será sempre julgado pelas suas ações, boas ou más. Salientou que, se a associação é profissional, se calhar, tem que ter o devido respeito; podem não apoiar porque a associação há de continuar e há de fazer os seus espetáculos. -----

**O Sr. Vice-Presidente** salientou que os documentos são públicos, mas é preciso haver alguma capacidade para os interpretar. Esclareceu que a chamada quinta banda é o agrupamento musical da Canto Firme que, no dia um de março, deu um concerto que esgotou o Cineteatro. -----

**Terminado o período de atendimento do público, deu-se início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções:** -----

**O Sr. Vice-Presidente** informou que, desde o dia vinte oito, a Sra. Presidente é, de pleno direito, presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, no seguimento da eleição que se verificou, a solicitação da própria, o que constitui regozijo para todos e é também um



reconhecimento do seu trabalho e do trabalho coletivo da Câmara e do Município de Tomar enquanto presença forte na região.-----

**O Sr. Vereador José Delgado** começou por dar os parabéns à presidente Anabela Freitas pelo novo cargo na Comunidade Intermunicipal referindo que é sempre bom para Tomar ter dirigentes nas diversas entidades, especialmente naquelas que têm peso e representam a comunidade do Médio Tejo. Disse que cultura, recreio e desporto é bom, mas a cultura da segurança e do bem fazer também é muito bom e é preciso que se exerça para que haja boas prestações, pelo que vai referir algumas situações específicas que devem merecer atenção. No que se refere às obras do Centro de Apoio Comunitário, disse que não consegue entender como é que uma obra pública com projeto, caderno de encargos e prazos definidos pode estar em tal situação; tem estado atento, olha com olhos políticos e técnicos, e verifica que algo está mal; o tempo passa e a obra não sai; em situação normal, duzentos e setenta dias para uma obra tão pequena em termos de engenharia, no valor de trezentos e tal mil euros, é um exagero, mas é o que está no contrato e foi acordado; é preciso saber o que se passa com esta obra onde, de semana para semana, pouco ou nada acontece, para além de que o estaleiro é um caos, com elementos de segurança que são um caos em termos de plataformas; ou o projeto e o caderno de encargos apresentam problemas, estão mal executados e não respondem àquilo que era o objetivo, ou a empresa não tem capacidade, ou a Câmara não paga os autos; não sabem qual é a razão de tal paragem e incumprimento, de tal anarquia, se serão erros de projeto, falta de meios do empreiteiro ou falta de pagamento do dono da obra. Perguntou se o empreiteiro apresentou pedido de prorrogação do prazo e qual foi a decisão que sobre o mesmo recaiu; ou se não apresentou e vão ser aplicadas multas uma vez que o prazo está a derrapar e não se sabe quando termina; não sabe se terá sido pedido um auto de suspensão dos trabalhos, mas pensa que não porque estão a trabalhar, muito devagar; o que estão a fazer é pouco ou nada e não vislumbram quando terão a obra finalizada, a desejada receção provisória, em que o empreiteiro devolve o espaço e a obra ao dono para que possa utilizar o espaço para os fins a que o destinou; é uma situação muito estranha e deixa estas perguntas, mas, para si, a resposta é evidente; gostava de ter resposta oficial porque, além da má qualidade que se observa (o que lá está não tem jeito nenhum), o empreiteiro está em incumprimento e urge resolver a situação em definitivo; compete à Câmara zelar pelos interesses de Tomar e esta obra foi tão publicitada que a demora na sua conclusão e este arrastamento, que ninguém consegue perceber, está a matar esta ação (não está sequer a falar dos tais cem dias iniciais para resolver o problema dos ciganos). Disse que



estão preocupados, primeiro porque a obra vai custar mais dinheiro - já está aliás a custar mais dinheiro porque tempo é dinheiro e está a demorar muito - e depois há uma névoa de irresponsabilidade sobre a obra que ninguém percebe; gostava que fosse aqui dito hoje, objetivamente, o que se passa e se matasse isto de uma vez por todas, se fosse realista a dizer o que está a acontecer/falhar e porquê. -----

**O Sr. Vice-Presidente** disse que a ideia dos cem dias ainda não tinha sido expressa no atual mandado; tal como fez no mandato anterior aos vereadores do PSD, desafiou para que mostrem onde é que isso está escrito; foi lançada algumas vezes a ideia de que, em campanha, o PS teria dito que resolvia o problema da comunidade cigana em cem dias; sabe o que foi dito ou não e o que é que está escrito no programa de dois mil e treze, que coordenou e redigiu em boa parte. Garantiu que não há qualquer fundamento para o argumento de que esta obra, ou outra qualquer, não avança por falta de pagamento, que tem visto expresso por aí, até nas redes sociais; é totalmente falso e desafia um fornecedor que seja a dizer que a Câmara estará em atraso com os seus compromissos; como é sabido, tem havido nos últimos anos um grande avanço nesta matéria; independentemente da estatística, o prazo real de pagamentos, não sendo ainda aquele que gostariam, anda entre os quarenta e os sessenta dias para a generalidade das situações; alguns casos podem ir além deste prazo, nomeadamente quando são situações de dívidas mais antigas para as quais foi definido plano de pagamento, que está a ser cumprido; algumas delas nem podem ser pagas, como é o caso das dívidas da obra do pavilhão, que está em Tribunal e continua a aumentar e a contar para efeitos de apuramento dos prazos de pagamento; no dia-a-dia, não há atrasos de pagamento e é cumprido o que está acordado com os fornecedores, podendo haver uma situação ou outra de formalismos da requisição ou outra situação; essa questão não se coloca nas obras, quem quer é que os autos venham para os poder pagar porque significa que as obras avançam. Sobre o caso concreto identificado pelo Sr. Vereador, referiu que, em determinada altura, começaram a pressionar o empreiteiro porque a obra estava parada e, até determinada altura, houve uma visão diferente sobre o que estaria a causar isso; o empreiteiro começou a alegar que havia um pequeno erro de projeto entre a colocação das coberturas e as paredes, mas os serviços municipais ripostaram e alegaram em sentido contrário; a determinada altura, também lhes foi dito que o atraso teria a ver com dificuldades em conseguir os módulos que faltam para as coberturas; entretanto, realizou-se uma reunião com o empreiteiro e os serviços, as questões foram sanadas, tanto quanto julga saber, e a obra recomeçou; formal e objetivamente, não pode dizer que se está a passar com esta empresa o que se tem verificado com outras, em




Tomar e no país, em que os recursos humanos são poucos e as empresas concorrem a várias obras e depois andam a deslocar pessoas de umas obras para outras para tentar que todas estejam minimamente a andar, mas é a sensação que tem. Disse que estão a analisar as questões mais jurídicas e financeiras, nomeadamente se aplicam multas ou não pela derrapagem do prazo de execução da obra, que devia estar concluída até ao fim de janeiro, sendo certo que, após a última reunião com o empreiteiro, as situações foram esclarecidas e houve o compromisso que a obra ia avançar com a celeridade possível; querem que a obra se realize o quanto antes para que o restante caminho possa ser feito e estão muito mais focados nisso do que em aplicar ou não multas ao empreiteiro, mas, se for esse o entendimento jurídico assim farão. -----

**O Sr. Vereador José Delgado** referiu que o Sr. Vice-Presidente foi redondinho na resposta sem dizer nada de jeito, mas, como é carnaval, não fica mal; enrolou e não respondeu àquilo que perguntaram, mas, se calhar, não consegue dizer mais; se calhar, também não tem os dados todos. Sublinhou que a legislação não se aplica só quando apetece; a legislação que rege a contratação pública é só uma e, independentemente do que a empresa possa dizer, tem que se aplicar e tem que se apurar quem é que falhou ou está a falhar; têm que saber se tem multa ou não tem, porque a partir do momento que não há justificação de prazo tem que se aplicar; se não há prorrogação do prazo, que devia ter sido apresentada, a multa já devia estar calculada; não têm gozo nenhum em aplicar multas ao empreiteiro, mas têm que defender o Município e o contrato tem que ser cumprido; quando deixam de pagar a água, o fornecimento é cortado; tem que se aplicar a lei; ficaram sem perceber o que se passa e aguardarão por novas explicações, sendo certo que a Câmara não tem a obra na mão e que o empreiteiro está a executá-la ao seu ritmo, como quer, inventando e dizendo o que quer e têm um estaleiro cheio de erva, com uma plataforma ilegal não certificada pendurada junto às fachadas, uma obra adormecida onde a grua já não trabalha há meses e com erva por todo o lado; não é por falta de competência dos técnicos municipais e tem que se saber o que se passa; se o empreiteiro não tem capacidade, não percebe como é que não foi apresentado um plano de recuperação, como é devido. Sublinhou que tem que se ser objetivo, proceder à suspensão do contrato e chamar o segundo classificado, se existir. -----

**O Sr. Vice-Presidente** referiu que não percebeu a questão da plataforma junto às fachadas.

**O Sr. Vereador José Delgado** disponibilizou-se para, de seguida, explicar a situação junto à obra ou mostrar em fotografia. -----

  
16

**O Sr. Vice-Presidente** referiu que haverá questões que são técnicas, mas não está a perceber a questão da plataforma. -----

**O Sr. Vereador José Delgado** referiu os cinco parâmetros fundamentais de uma empreitada: gestão de prazos, gestão de qualidade, gestão de custos, e gestão de segurança e de ambiente, onde se inclui os resíduos de construção e demolição; estão previstos na lei, na contratação pública e na obrigação do empreiteiro em gerir a empreitada, o que, neste caso, não está a ser cumprido. -----

**O Sr. Vice-Presidente** referiu que sabe tudo isso, mas não está a ver a questão da segurança da tal plataforma junto às fachadas; é um estaleiro de obra e só lá está o que está a ser construído, mas é uma situação que poderão discutir depois. -----

**O Sr. Vereador José Delgado** manifestou preocupação com a situação dos muros e taludes na estrada de Leiria e na estrada da FAI, que também é partilhada pelos tomarenses; hoje, deslocou-se à estrada de Leiria para uma análise técnica e, como responsável político, é sua obrigação levantar as questões; o muro que foi feito pela Infraestruturas de Portugal é ligeiro perante um talude daquela natureza que teve um deslizamento, que tem a jusante muros em betão armado antigos, cujas fundações também já estão a descoberto e que tem, também a jusante, um muro em betão armado fendilhado; perante isto, foram fazer um muro em blocos de cimento junto a uma via com a circulação de pesados que tem, com pilares em betão e uma viga de coroamento; não sabe até que profundidade vão as fundações, mas é coisa ligeira e não utilizável neste tipo de obra; sabe que foi a Infraestruturas de Portugal que fez, mas tem que questionar qual é o papel da Câmara nesta ação, se deixa fazer o que querem, se não acompanha, não critica e nada diz. Perguntou de quem será a responsabilidade se, amanhã, aquilo deslizar (em sua opinião, pelo menos moralmente, é de todos), se alguém da Câmara acompanhou as obras, onde está o projeto, quem são os técnicos responsáveis por aquela obra, pelo projeto, pela direção de obra, pela direção de fiscalização; se sabemos quem são ou não. Assistem-lhes muitas dúvidas e têm receio do que possa ali acontecer porque uma obra daquela natureza não costuma ter um processo construtivo tão ligeiro; se há técnicos que se atravessaram na sua execução, era interessante saberem e alguém ter esses dados para que haja responsáveis; não está a duvidar da capacidade técnica de quem esteve envolvido, mas é preciso ter isso em atenção. Disse que pensava que a situação dos taludes da estrada da FAI já estaria resolvida, mas verificou hoje que não; estão perante um talude com cerca de dez metros que deslizou, onde não há nenhum elemento de contenção ou que evite a erosão, a não ser um pequeno plástico que não tem nada que o fixe e está a escorregar; também não há





nenhuma sinalização a informar que se está próximo de uma zona onde pode haver derrocadas; existem umas baias metálicas ferrugentas a fazer a delimitação entre o tapete betuminoso e a berma e, de seguida, doze metros de zona que deslizou; basta um carro ter um pequeno desvio, dar um toque e está lá em baixo, mas o pior de tudo é que, a jusante, há outro talude que também não está controlado, Perguntou como é que é possível a Infraestruturas de Portugal ainda não ter feito nada, até porque este caso é bastante mais grave do que o outro; ainda aí vêm grandes chuvadas e queira Deus que não haja ali um deslizamento que arraste toda a estrada; não controlam as infiltrações, pelo que observou não há monitorização da situação, têm um plástico sobre uma zona que escorregou e pesados a passar na berma da estrada; um dia destes, pode acontecer uma catástrofe e a Câmara tem que agir fortemente, sem tréguas, junto da entidade responsável para resolver a situação; não pode ser quando eles querem porque, se houver ali um acidente grave, com arrastamento de pessoas e veículos, a responsabilidade é de todos; não basta falar aqui no assunto, é preciso atuar para contrariar a situação, ir ao ministro dizer que há uma situação grave no nosso território e que a Infraestruturas de Portugal não passa cartão a Tomar - já foi um drama para limpar as bermas em Carvalhos de Figueiredo e foram fazer uma obra ligeira num talude que escorregou na estrada de Leiria, que tem trânsito de veículos de alta tonelagem a passar as bermas; esta situação é demasiado grave, há demasiado tempo, e não faz sentido que continuem aqui a falar no assunto e as coisas não se resolvam. -----

**O Sr. Vice-Presidente** referiu que os municípios não licenciam as obras nas estradas nacionais e não têm controle sobre o processo; é obrigatório que existam técnicos responsáveis pela obra, mas não sabem se aquilo que foi feito na estrada de Leiria corresponde ou não; é uma obra da Infraestruturas de Portugal, que tem responsáveis técnicos; têm que acreditar que a obra foi bem feita, mas, numa primeira instância, pelo menos visualmente, não transmite a perceção imediata de ser uma obra robusta. No que se refere à situação na estrada de Paialvo, de acesso à FAI, partilham preocupações até porque a Infraestruturas de Portugal tinha informado o Município de que ia proceder à obra, e isso não veio a acontecer; estão preocupados e têm pressionado o possível, telefonicamente, por escrito e pessoalmente; a perceção que existe é que aqueles dois taludes não parecem muito seguros, mas é uma estrada da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal e, quando, o ano passado, se deu o deslize o município foi "criticado" pela entidade por ter fechado a estrada, por precaução, e obrigou à sua reabertura; também aqui têm que acreditar que há técnicos responsáveis que sabem o que estão a fazer, sendo certo que não é algo que os



18

descanse. Disse que aquela estrada merece a todos as mesmas preocupações porque não se sente essa percepção de segurança, mesmo que possa não ser exatamente assim; este ano ainda vão ter condições climáticas mais adversas e todos desejariam que a entidade responsável começasse a obra o quanto antes; percebem que não é uma obra financeiramente pequena, mas é absolutamente necessária e aquilo que podem fazer é continuar a pressionar, ou mesmo falar diretamente com o Ministro; as Infraestruturas de Portugal têm uma dimensão absurda, especialmente desde que se verificou a fusão com a REFER, em termos de responsabilidades e territórios abrangidos e também das exigências financeiras que uma instituição dessa dimensão exige; sabem dessas dificuldades e também que, infelizmente, a nível nacional, há muitos casos como a estrada de Paialvo. -----

**O Sr. Vereador José Delgado** disse que há que esperar que não aconteça aquilo que não se quer. Perguntou qual foi a evolução da situação da transição dos trabalhadores dos SMAS para a empresa intermunicipal Tejo Ambiente, qual é o enquadramento e se os trabalhadores já estão devidamente esclarecidos e não têm receio de tomar as suas opções. Perguntou se os trabalhadores que agora optarem por ir para a nova empresa podem um dia, se quiserem, regressar à Câmara ou se isso é irreversível, se aqueles que vão ser deslocados vão ter mais regalias ou não. Referiu que usa criticar os SMAS e disse aqui há tempos que tinham que desaparecer; toda a gente o criticou, mas, afinal, os SMAS vão-se embora; esta empresa irá certamente resolver aquilo que os referidos serviços não conseguiam fazer nem tinham capacidade para fazer; esperam que as perdas de água, a gestão da água, o completamento das redes de saneamento, entre outras situações, sejam uma realidade porque os fundos estão mais perto com esta nova solução, mas também querem que os trabalhadores dos SMAS tenham o devido enquadramento, vejam o seus direitos defendidos e que não optem por uma solução ou outra com receio; querem que, quando optarem, saibam verdadeiramente ao que vão e para isso é preciso que se lhes explique exatamente quais são as vantagens e as desvantagens de uma e outra solução; sabe que ainda existem dúvidas sobre esta empresa, que foi criada de uma forma muito rápida, apesar do seu objeto ser positivo. Perguntou se já foi realizada a escritura de constituição da empresa e quando é que Tomar vai contribuir com a sua participação de trinta e cinco vírgula sessenta e três por cento do capital social, conforme está previsto. Referiu que concordam com esta solução, que consideram ser a única para resolver o problema dos municípios que estão englobados no processo, mas, nesta fase, interessa-lhes, acima de tudo, saber o que foi feito junto dos trabalhadores e se estes estão verdadeiramente esclarecidos sobre a situação em que estão envolvidos. -----



**O Sr. Vice-Presidente** referiu que, em termos formais e legais, os SMAS não são extintos, continuam adormecidos para que, em qualquer altura, se houver essa necessidade, mais facilmente possa haver reintegração e reinício de atividade. Esclareceu que os trabalhadores dos SMAS são funcionários públicos e têm o direito legal de poder regressar à entidade, se o desejarem, neste caso sendo incorporados no município de Tomar, como tem sido amplamente difundido e resulta da lei; os trabalhadores que entrarem já na nova empresa terão um estatuto diferente. -----

**O Sr. Vereador Hélder Henriques** confirmou o que acabou de ser dito quanto à extinção ou não dos SMAS e aos respetivos trabalhadores. Recordou que a sede da nova empresa irá funcionar em Ourém, com afetação de dezasseis trabalhadores; Tomar preferiu ficar com o Centro e Engenharia e Tecnologia, que detém vinte e três trabalhadores e fica ainda com o Centro Operacional, com um piquete em permanência. Deu nota de que, no dia vinte e um de fevereiro, se realizou uma reunião entre a Sra. Presidente e todo o pessoal dos SMAS, onde foram abordadas as questões relativas à transferência ou não dos trabalhadores que, neste momento, estão afetos aos SMAS; são muitas as dúvidas e as inseguranças sobre as vantagens de ir ou de ser absorvido pela Câmara, o que é natural num processo desta natureza, sendo certo que, contrariamente ao que circula por aí, nenhum trabalhador irá para o desemprego. Referiu que as questões referidas pelo Sr. Vereador José Delgado foram algumas das preocupações abordadas pelos trabalhadores, a quem foi transmitido que, se optarem pela empresa e, por algum motivo, ao fim de dois ou três anos, não se adaptarem, podem regressar e serão sempre absorvidos pela Câmara Municipal; não está previsto terem compensações financeiras pelo facto de residirem em Tomar e irem trabalhar para Ourém; o sistema de saúde mantém-se, quer tenham a ADSE ou não; os contratos de trabalho por tempo indeterminado mantêm-se; caso venha a verificar-se pessoal a mais na empresa, o pessoal será sempre absorvido pela Câmara Municipal; são trinta e cinco horas semanais de trabalho; a estrutura da nova empresa está em estudo e ainda por definir; os contratos de trabalho a termo certo não serão renovados caso se conclua que os trabalhadores não serão necessários para a nova empresa. Deu nota de que a Sra. Presidente reportou nessa reunião que, no dia vinte sete de fevereiro, ia reunir com o STAL para tratar deste assunto e que a Sra. Presidente irá ainda reunir com os trabalhadores individualmente, para que possam manifestar as suas preocupações, os seus anseios e tudo aquilo que os preocupa. -----

**O Sr. Vice-Presidente** referiu que a reunião com o STAL ocorreu a semana passada e que as reuniões com os trabalhadores terão início entretanto, sendo que há uma ou duas questões



muito específicas de um ou outro trabalhador que não tinham sido previstas e estão a ser analisadas; a questão se os trabalhadores que venham a transitar terão direito a ajudas de custo só abrangerá meia dúzia de trabalhadores e, se se chegar à conclusão que não terão esse direito, pode ainda equacionar-se a sua deslocação em carro do serviço, por exemplo; à partida, as questões gerais estão esclarecidas e estão a ser analisadas questões muito particulares que afetam apenas alguns trabalhadores. -----

**O Sr. Vereador José Delgado** disse que desejam que haja sucesso nesta operação, que tem complexidade; a empresa ainda está no início e ainda há muita coisa a decidir, quer na estrutura quer na forma de objetivar toda esta situação, mas o que querem é que os trabalhadores saibam ao que vão e que decidam em plena consciência; pensa que a Câmara está a fazer o que deve ser feito, acompanhando os trabalhadores para que, em consciência, decidam sobre o seu futuro; o resto é mera gestão de empresas. -----

**A Sra. Vereadora Célia Bonet** agradeceu ao Sr. Francisco Carlos a sua intervenção, que demonstra as suas preocupações, como tomarense, em manter uma cidade limpa e apresentável, para os residentes e para os visitantes; é uma preocupação partilhada pelos vereadores do PSD que, nalgumas intervenções, já aludiram ao facto de a limpeza da cidade não estar à altura da sua beleza e da sua história; chegou a alegar que a cidade sempre foi chamada de cidade jardim, tendo, na altura, a Sra. Presidente referido que já não se trata de uma cidade jardim, mas sim de uma cidade Templária. Deu nota de que vem reparando que a cidade melhorou um bocadinho em termos de limpeza, mas espera-se que venha a melhorar muito mais; alguma dessa responsabilidade é do município, mas muita também é das pessoas que não tratam das coisas e do espaço público nas devidas condições. Referiu que considera muito importante que os munícipes participem nas reuniões e digam aquilo que não está bem, para que possam melhorar e evoluir para uma cidade mais bonita, mais limpa e mais saudável. Congratulou-se pela abertura do Castelo de Tomar no dia um de março; o ano passado chamaram à atenção que tinha estado encerrado no dia da cidade e, este ano, a Direção Geral do Património Cultural abriu os portões do Castelo; foi pena que não tivesse sido possível visitar todo o monumento, mas, pelo menos, foi possível visitar as muralhas e o jardim, o que já é um princípio; era bom que, nos próximos anos, essa abertura fosse total, especialmente no dia da cidade. De seguida, abordou a situação da Fábrica do Prado dado que, segundo julgam saber, apareceram algumas empresas de sucateiros interessadas na respetiva aquisição; se a situação já era preocupante, manifesta-se agora muito mais preocupante porque aquilo que os sucateiros oferecem pela empresa é para a adquirir, desmembrar e



vender em sucata; a menos que esteja enganada, não será com certeza para recuperar os postos de trabalho e a fábrica, aquilo porque têm que lutar até ao último dia, sem tréguas. Referiu que tiveram acesso a um estudo credível que demonstra que a empresa tem viabilidade económica e, por esse motivo, o empenho do Município deve ser ainda muito maior; se o estudo demonstrasse que a empresa não era viável, estariam a bater na porta errada e não iriam com certeza arranjar investidores, mas, perante esse estudo, o executivo não pode baixar os braços até ao último dia e tem que fazer todos os possíveis para atrair os investidores para aquela fábrica. Perguntou quais foram os passos que o executivo já efetuou no sentido de captar investidores, se agarrou nesse projeto e o divulgou, se contactou empresas da área (existem muitas, em Portugal e no estrangeiro) para saber se alguma delas tem interesse em adquirir a fábrica e exatamente quais. Salientou que é uma oportunidade de investimento para alguns potenciais investidores e não vão estar com "mariquices" na escolha; sejam eles portugueses, estrangeiros, fundos de investimento, grupos económicos, o que pretendem é que a fábrica volte a laborar e que os postos de trabalho sejam mantidos, ainda mais sabendo que a empresa tem viabilidade económica. Daí questionar o que tem sido feito em concreto, quais as diligências que o município já encetou para não deixar afundar de vez a Fábrica do Prado. -----

**O Sr. Vice-Presidente** esclareceu que, objetivamente, o que a Sra. Presidente disse, e bem, sobre Tomar, cidade Jardim e Tomar, cidade Templária é que, há cerca de vinte anos, o slogan oficial do município de Tomar é Tomar cidade templária; não foi sequer a atual liderança que o criou, antes tem tentado dar-lhe corpo no sentido de ser útil para a comunidade e ser retroativo; segundo julga saber, Tomar cidade Jardim nunca foi slogan oficial sendo apenas utilizado nalguns documentos, caixotes do lixo e viaturas, nos anos oitenta, por iniciativa de um vereador. Quanto ao que foi dito sobre o Castelo e o dia da cidade, referiu que também é o que pensam; não é por acaso que, há cinco anos, vêm defendendo a gestão partilhada do monumento, a exemplo do que acontece em Sintra; é isso que têm defendido em todas as instâncias precisamente para que situações como esta, e outras, possam ter uma maior perceção daquilo que a comunidade entende e necessita em relação ao seu património, neste caso ao Castelo Templário e Convento de Cristo, sendo certo que aquilo que se assinala no dia um de março é o Castelo, que esteve visitável, para além de que, noutros pontos do país onde há monumentos nacionais se passa o mesmo nos respetivos feriados municipais; ainda assim, entendem que pode e deve ter outro tipo de gestão, pelo menos nos horários e em algumas atividades. Relativamente à Fábrica do Prado, disse que têm conhecimento que existe um



22

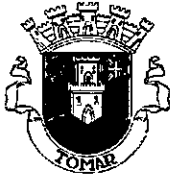
estudo/projeto de viabilidade, com uma entidade de referência por trás que, à partida, lhes oferece credibilidade; souberam da existência desse estudo provavelmente na mesma altura que a Sra. Vereadora e já o solicitaram, para o conhecerem e verem se tem pernas para andar; também sabem que existem esses outros interessados na aquisição da Fábrica, basicamente para a vender ao peso, o que não lhes interessa e não interessa à comunidade. Referiu que a Sra. Presidente teve reunião com um ou dois eventuais investidores logo após o encerramento da unidade fabril, os quais vieram a desinteressar-se; aguardam que seja entregue o estudo para ver se com ele podem tentar procurar investidores, diretamente ou junto do AICEP, porque é por aí que querem lutar e defender a fábrica.-----

**A Sra. Vereadora Célia Bonet** referiu que não lhe faz confusão nenhuma o slogan ser cidade templária; se referiu várias vezes cidade jardim é porque Tomar era de facto cidade jardim, com jardins lindíssimos e toda limpinha; não era relevante o fato de se autodenominarem cidade jardim, mas sim Tomar ser vista assim pelos outros. Considerou que a resposta que o Sr. Vice-Presidente deu em relação ao estudo da Fábrica do Prado é muito preocupante porque denota uma completa falta de interesse da Câmara numa situação que não pensou que fosse possível deixar chegar ao ponto em que está. Sublinhou que também pediu o estudo e já o recebeu, leu e contactou muitos potenciais investidores; não sabe se vai resultar, mas já tentaram arranjar investidores para a fábrica; era um trabalho que devia estar feito pelos técnicos da Câmara e pelos responsáveis do Executivo; por aquilo que foi dito, verifica, tristemente, que foi feito algum trabalhinho na altura do encerramento, uma coisa muito ligeira, e que a fábrica foi abandonada completamente à sua sorte; ao contrário do Sr. Vice-Presidente, não gosta de falar do passado e o que lhe interessa é o presente; pode enviar o estudo hoje mesmo para que, a partir deste momento, se comece a trabalhar afincadamente para conseguir investidores para aquele espaço, para criar os postos de trabalho de que necessitam e para manter uma fábrica que tem uma história no concelho e no país. De seguida, referiu que os trabalhadores são o melhor ativo de qualquer empresa, aquilo que a faz crescer; o edificado pode existir, as instalações podem ser espetaculares, mas, se os trabalhadores não forem valorizados e acarinhados para poderem fazer o seu trabalho, os outros ativos ficam completamente desvalorizados; felizmente, há cada vez mais empresas a valorizar os seus recursos humanos, não só por questões solidárias, mas porque está provadíssimo na gestão moderna que a produtividade está diretamente relacionada com o modo como a empresa gere os seus recursos humanos; todos conhecem empresas de sucesso que mimam os seus trabalhadores com vários tipos de benefícios e que, depois, têm



23

resultados muito relevantes; para os vereadores do PSD, também os recursos humanos da Câmara Municipal de Tomar são o seu melhor ativo e, pelos discursos que ouviu durante a cerimónia de comemoração do aniversário dos Bombeiros, oxalá esteja enganada, parece que a Câmara está a fazer exatamente o inverso daquilo que referiu e é um pesadelo a gerir pessoas; já todos ouviram algumas histórias da forma como alguns recursos humanos são tratados no executivo; a Câmara Municipal de Tomar é a empresa do concelho que tem mais trabalhadores e devia ser um exemplo também para as outras empresas; pelo que percebeu durante as comemorações, através dos discursos muito bonitos e sentidos, a Sra. Presidente estaria a tentar resolver a forma de lhes pagar pois tinha conhecimento das dificuldades que as famílias dos bombeiros estariam a atravessar; desde agosto de dois mil e dezoito que a Sra. Presidente e o Executivo não paga a estes funcionários parte dos seus rendimentos, concretamente dois euros à hora quando se encontram em piquete (quando é necessário estar em piquete receberiam, se a Câmara lhes pagasse, dois euros à hora; ao domingo, são treze horas de trabalho, até às vinte e uma horas, o que equivale à módica quantia de vinte seis euros; podem trabalhar depois dessa hora, mas, pelo que percebeu, de forma gratuita; já recebem bem e ainda oferecem essas horas); julga saber que todas as outras categorias profissionais estão a receber os seus ordenados, as suas ajudas de custo e os subsídios a que têm direito, todos os rendimentos que têm planeado receber no final de cada mês; segundo confirmou, desde agosto até ao dia das comemorações do aniversário dos Bombeiros, a Sra. Presidente não teve uma palavra com os Bombeiros sobre este assunto, o que o torna ainda muito mais grave; o executivo é responsável por gerir um orçamento de mais de trinta milhões de euros e parece-lhe estranho que não haja dinheiro para pagar às pessoas que trabalham, que correm risco de vida inúmeras vezes para conseguir cumprir e para os proteger a todos; será talvez por outro motivo que lhe irão explicar, mas não consegue perceber que haja necessidade de fazer uma coisa destas às pessoas que trabalham e que estejam a dar este exemplo às empresas que trabalham no concelho. Referiu que o discurso da Sra. Presidente deixou claro que há famílias de bombeiros a passar dificuldades por não receberem da sua entidade patronal o valor compensatório das horas que fazem, mas, depois, vai-se fazer festas, exposições, representações em feiras e feirinhas; há qualquer coisa que não está a compreender até porque quando têm que gerir os recursos, que são limitados, têm que saber quais são as prioridades e cumpri-las por ordem de prioridade; têm que analisar quais são as necessidades que o município tem das festas, feiras e feirinhas e quais são as necessidades que tem em pagar aos seus funcionários; faz-lhe muita confusão e é muito difícil compreender.



Referiu que, agora, compreende porque é que, nos últimos seis meses, já se aposentaram três bombeiros e outros três apresentaram o pedido; pelo que sabe, antigamente, as pessoas que chegavam à idade da reforma e se encontravam com capacidade para continuar a trabalhar, faziam um requerimento a pedir para continuar a trabalhar; hoje, não é assim e, como disse a Sra. Presidente no discurso, está a decorrer um concurso a que concorreram muito poucos candidatos, o que também é representativo daquilo que está a acontecer no seio da instituição; parece-lhe claro que ninguém queira trabalhar para não receber ou para receber apenas parte dos rendimentos a que tem direito. -----

**O Sr. Vice-Presidente** pediu à Sra. Vereadora que tente concretizar para poder esclarecer a enorme confusão à volta desta questão. -----

**A Sra. Vereadora Célia Bonet** disse que o que lhe faz confusão é estar a falar de coisas sérias, que podem ter uma explicação muito lógica, e o Sr. Vice-Presidente, que está aqui a representar o Município de Tomar, se estar a rir; está aqui a representar as pessoas que votaram no PSD e quando este se está a rir daquilo que está a dizer, está a rir-se do trabalho que esteve a fazer; já perguntou várias vezes e também já referiu que, provavelmente, vai ter uma explicação para lhe dar, mas tem que a ouvir sem se rir porque isto não tem graça nem piada. Sublinhou que os bombeiros são pessoas qualificadas, têm que fazer formação periódica, têm na mão muitas vezes a vida de outras pessoas e podem ser responsabilizados por isso; parece-lhe muito deselegante - para utilizar uma palavra que gostam muito de usar em relação àquilo que diz - deixar chegar a esta situação e gostava de ver aqui esclarecido como é que chegaram até aqui. -----

**O Sr. Vice-Presidente** referiu a grande confusão que paira nesta questão dos bombeiros reveladora de que, apesar de toda a preparação, a Sra. Vereadora devia ter-se preparado como deve ser, seja por via de quem a informou, por consulta da legislação ou outra forma. Salientou que, se há assunto onde a atual liderança tem investido imenso é nos recursos humanos; é obrigado a falar no passado porque, quando iniciaram funções, no mandato anterior, o Município estava em Tribunal porque não tinha feito quando podia a chamada opção gestonária e tinha prejudicado uma centena e muitos trabalhadores; repuseram a situação, pondo termo ao processo e esses trabalhadores puderam ser reclassificados com retroativos e passaram a ter uma remuneração mensal bastante superior; desde o início do mandato anterior, em todos os anos, na medida da disponibilidade orçamental, têm vindo a fazer mobilidades intercarreiras para os funcionários que têm essa possibilidade; havendo conveniência para o serviço, um funcionário que fosse apenas assistente técnico e fosse





detentor de uma licenciatura (e há imensos casos), podia ser reclassificado, com as óbvias compensações; neste momento, isso abrange umas dezenas largas de funcionários que passaram de assistentes operacionais para assistentes técnicos ou de assistentes técnicos para técnicos superiores; foram restabelecidas as trinta e cinco horas semanais de trabalho, muito antes de o Governo o ter feito e deram uma segunda-feira por mês a todos os trabalhadores por entenderem que o Governo os estava a prejudicar nas suas questões salariais, tendo, na altura, sido muito criticados pelo PSD; há dois anos, está a ser praticada a dispensa de serviço no dia do aniversário, a redução de horário para as jovens mães e para as mulheres que tenham sido mães há pouco tempo, assim como um conjunto de outras situações que estão contempladas no regulamento que aprovaram, precisamente por reconhecerem que os recursos humanos são o bem mais precioso de qualquer instituição ( não somos uma empresa) e também a gestão mais difícil porque as pessoas não são objetos, têm desejos, opiniões e ambições. Referiu que, entretanto, há de ser apresentado um novo regulamento onde vão surgir mais duas ou três situações, nomeadamente mais alguns dias de compensação de férias e a possibilidade de dispensa para funerais de familiares conexos que não estão previstos na lei. Salientou que isto é mais do que reconhecido por quem olha objetivamente para as coisas e que não há nenhum funcionário municipal que tenha o que quer que seja que lhe for devido em atraso; os salários, ajudas de custo, subsídios de turno, horas extraordinárias e tudo mais que envolve os trabalhadores obedecem a normas legais, estão definidos e são claros, e está a haver confusão com os voluntários ou com alguns que sendo funcionários municipais fazem depois alguns serviços fora do seu horário profissional enquanto bombeiros voluntários, o célebre problema dos corpos mistos, como é o caso de Tomar e de outros trinta e um corpos de bombeiros no país; Tomar, pela voz da Sra. Presidente muito tem alertado para o problema - também outros presidentes de Câmara, nomeadamente do PSD, porque o problema é igual em todos os municípios que têm corpos mistos - nomeadamente pelas questões da carreira dos bombeiros, que a Sra. Presidente voltou a referir no seu discurso do um de março, com implicações na questão salarial; têm um concurso a decorrer para admitir catorze bombeiros e já no mandato anterior reforçaram o quadro do pessoal dos bombeiros, mas é evidente que o salário de entrada na atual carreira não é aliciante, especialmente quando comparado com outros funcionários públicos que têm responsabilidades que poderão de alguma forma considerar semelhantes (agentes da PSP, da GNR ou do INEM); não há uma carreira de bombeiros dignamente estabelecida e, na grande maioria dos municípios do país, continua a haver esta lógica dos bombeiros voluntários que, de



26

acordo com a opinião que têm expresso, há muito deixou de fazer sentido; é preciso caminhar para um sistema nacional onde os bombeiros sejam profissionais, como acontece nas outras profissões. Evidenciou que aquilo que deixou de ser pago são os apoios aos bombeiros voluntários, que aconteciam em Tomar há muitos anos e que, curiosamente, os Srs. Vereadores do PSD, pelo menos no anterior mandato, já criticavam em quase todas as reuniões; como já foi explicado pela Sra. Presidente, esses apoios aos voluntários envolvem questões legais e, de alguma forma, foi por isso que, de um dia para o outro, o PSD começou a alertar para alguma eventual ilegalidade nesse procedimento, apesar de ele ter sido feito em todos os dezasseis anos da vigência PSD; como tem sido dito, enquanto não houver uma clarificação legal não haverá qualquer outro tipo de apoio e os Bombeiros Voluntários sabem-no. -----

**A Sra. Vereadora Célia Bonet** referiu que não está baralhada e foi muito clara quando se referiu aos apoios que são devidos quando os piquetes são contratados, no valor de dois euros à hora; não percebe que se lhes chame voluntários porque são as mesmas pessoas, são voluntários e são funcionários do município, são as mesmas pessoas que prestam um trabalho adicional para o município; não é importante o que se chama ao que lhes é devido, importante é que estão lá a trabalhar, não estão a pensar que é de forma gratuita, estão a pensar que vão ser remunerados, porque é isso que lhes é dito, e tanto assim é que a atual maioria está cá há cinco anos e pagou até agosto de dois mil e dezoito. Referiu que muita da evolução que houve no município em matéria de gestão de recursos humanos foi obrigatória; a redução para trinta e cinco horas foi igual para toda a gente, por exemplo; é um facto que evoluímos em todas as áreas, mas não o suficiente quando não se paga aquilo que se deve às pessoas que estão a trabalhar para o Município e não são compensadas por esse trabalho; falar em bombeiros voluntários é uma forma de tapar os olhos às pessoas porque os funcionários são os mesmos, mas, como são poucos, precisam de ficar a trabalhar mais tempo, e ficam porque os dois euros que recebem, apesar de serem muito pouco, dão jeito no final do mês; como não recebem desde agosto, muitos e as suas famílias estão em dificuldades, segundo as palavras da Sra. Presidente, e acredita que ela saberá o que está a acontecer. Em relação ao regulamento que irá ser apresentado, com apoios para as jovens mães, redução do horário, etc., disse que se congratulam com isso e que, na altura, cá estarão para apoiar; quando vier esse regulamento maravilhoso para os funcionários da Câmara será a primeira a dar os parabéns, mas, até lá, têm que resolver os problemas que estão em curso, como aquele que referiu; o Município tem cinco juristas, dois advogados síndicos e paga a um gabinete de juristas de topo, mas não



27

consegue encontrar maneira de pagar aquilo que deve às pessoas que trabalham para o município. -----

**O Sr. Vice-Presidente** salientou que o gabinete de juristas contratado é o mesmo há doze ou quinze anos e é para casos que estão em Tribunal que envolvem valores avultados, como os processos com a Braga Parques e com o empreiteiro do Pavilhão Municipal; a Câmara Municipal tem um síndico e os SMAS têm outro; todos os exemplos que referiu foram e são opções do município e não obrigações; mesmo as trinta e cinco horas que hoje já são obrigatórias, foram uma opção em Tomar perto de um ano antes da lei sair; o apoio às jovens mães, o dia de aniversário e tudo o resto já é feito e no novo regulamento virão outras coisas novas. Reiterou que os funcionários municipais têm os seus vencimentos tabelados e explícitos na lei e não há qualquer atraso para com nenhum; alguns dos bombeiros voluntários também são profissionais e fora do seu horário de serviço, fazem trabalho voluntário (tanto assim é que, por vezes, não aparecem ou trocam de turnos); é nas questões dos voluntários e dos apoios que eram ou não eram concedidos a voluntários que o problema se coloca. Sublinhou que todos os autarcas e todas as instituições públicas têm a obrigação de cumprir e fazer cumprir a lei e é nisso que têm que ser claros; em Tomar, a questão também foi levantada, até com bastante insistência, pelo PSD e, enquanto não houver uma certeza legal, não vai haver mais apoios a voluntários e, para ser ainda mais claro, apoios que possam ser confundidos com salários encapotados; isso já foi clarificado e transmitido e, segundo julgam saber, está a passar-se o mesmo nos outros corpos de bombeiros onde a situação se coloca. --

**A Sra. Vereadora Célia Bonet** referiu que sobre este trabalho voluntário têm pontos de vista distintos; para si, é inconcebível que as pessoas não recebam pelo trabalho que foi contratado mediante recebimento de dois euros à hora, que receberam até agosto de dois mil e dezoito e estão a fazer conta de receber; tanto assim é que, no seu discurso, a Sra. Presidente disse que isso estaria quase resolvido; o que está a dizer faz sentido, não é uma coisa descabida ou que inventou; se a Sra. Presidente disse que o assunto estava quase resolvido é porque estará a tentar resolvê-lo; parece-lhe que, desde agosto até agora, é muito tempo para resolver; se o Sr. Vice-Presidente fica confortável com a situação, isso já uma questão pessoal sua. -----

**O Sr. Vereador Francisco Madureira** referiu que, de acordo com a informação prestada pela Sra. Presidente, a verba que o Município de Ourém iria receber por a sede da nova empresa ficar no seu território, na casa dos setecentos mil euros, ia ser objeto de uma decisão por forma a beneficiar todos os municípios integrantes, pelo que gostaria de saber se a questão teve algum desenvolvimento e quanto é que Tomar irá receber. Referiu que lhes chegaram



28

novamente ecos de que as obras de saneamento que estão a decorrer na Machuca, na zona das Cabeças, e na Ponte da Vala estarão prontas, mas os munícipes ainda não têm qualquer informação de quando poderão proceder à ligação dos seus esgotos, e gostaria de saber o que se passa. Referiu ainda que o empreiteiro da obra da Ponte da Vala deitou abaixo um muro de betão propriedade de um privado e que só repôs metade do que deitou abaixo e edificado apenas em blocos, nem ferro levou; o proprietário está incomodado com a situação, já terá ido colocar a questão à Junta de Freguesia e pretende deixar aqui bem vincado que é necessário analisar a situação porque o muro existia e aquele que, agora, lá está, à vista de todos, é totalmente diferente do muro que existia, pago do proprietário. Congratulou a Câmara pela habitual iniciativa das comemorações do dia um de março e, tendo em conta que é normal, em ano de Festa dos Tabuleiros, ver a Mordoma incluída nas atividades do Município, gostaria de questionar se a Sra. Mordoma não foi convidada, ou se foi e não compareceu; esteve presente, não a vislumbrou entre os convidados e achará estranho se foi convidada e não compareceu, e também se não foi convidada; a comissão faz um trabalho sem qualquer tipo de remuneração, envolve todas as Juntas de Freguesia e muitas das associações do concelho e, nestes dias em particular, grande parte dessas pessoas participam e pode haver conversa de assuntos que possam vir a ser importantes para ajudar a Comissão da Festa; gostava de saber se há algum problema com a Comissão porque, quando se verificou a ida a Espanha, a Comissão não foi informada e andaram por aí alguns zunzuns, ou se é uma mera coincidência. -----

**O Sr. Vereador Hélder Henriques** referiu que as obras de saneamento estão concluídas e vai ser presente na próxima reunião do Conselho de Administração a questão da ligação dos ramais à rede geral na Ponte da Vala e nas Cabeças. Esclareceu que a questão da derrama da Tejo Ambiente poder ser distribuída de igual forma pelos seis municípios que integram aquela empresa intermunicipal está a ser analisada. Referiu não está ao corrente do assunto da reconstrução do muro após as obras de saneamento na Ponte da Vala. -----

**O Sr. Vice-Presidente** referiu que era importante que, se ainda não o fez, o proprietário do muro viesse ao Município reportar a situação. Sobre a questão da derrama proveniente da nova empresa, referiu que não seria justo que o Município de Ourém viesse a lucrar com uma derrama que é de todos os municípios, mas a situação está a ser analisada do ponto de vista jurídico para, perante as soluções possíveis, ser depois negociado entre os seis municípios, sendo certo que a solução mais fácil parece ser o investimento automático do referido montante na empresa. No que se refere à ausência da Sra. Mordoma nas atividades do dia um de março, informou que não sabe se foi convidada ou se, por algum motivo, não pode estar



presente; admite que possa ter havido alguma falha no protocolo, mas vai verificar o que se passou. Garantiu que não há qualquer problema institucional ou pessoal nas relações entre a Câmara e a Mordoma, antes pelo contrário, a relação é a melhor e vai havendo reuniões e encontros consoante esta ou aquela temática; a questão que, erradamente, circulou de que, na promoção em Madrid, não teria havido essa informação não corresponde à verdade porque, pelo menos junto da Mordoma, houve; não compete à Câmara partilhar a informação com todos os elementos da Comissão, que é composta por muitas pessoas e, tal como na Câmara, por exemplo, onde há muitos pelouros e nem sempre a circulação da informação interna acontece da melhor maneira, ou da forma mais célere, poderá não ter chegado a todos. -----

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----**

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte oito de fevereiro de dois mil e dezanove, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e sete euros e doze cêntimos (2.836.407,12€) em Operações Orçamentais, e duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e sessenta euros e noventa cêntimos (249.760,90€) em Operações Não Orçamentais. -----

**N.º 01 – SEGUNDA ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR NO ÂMBITO DO REGIME EXTRAORDINÁRIO DA REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS – homologação e publicitação do relatório da discussão pública -----**

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a homologação do Executivo Municipal, no seguimento da deliberação tomada a 10 de dezembro de 2018, o relatório de ponderação dos resultados da discussão pública da segunda alteração do Plano Diretor Municipal de Tomar no âmbito do regime extraordinário da regularização de atividades económicas (RERAE), e o prosseguimento do procedimento, nos termos e fundamentos da informação n.º 2066/2019 da Divisão de Gestão do Território. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou: -----

- 1- Homologar o relatório de ponderação dos resultados da discussão pública; -----
- 2- Proceder à divulgação dos resultados da discussão pública através da comunicação social e da página da Internet do município; -----
- 3- Mandar elaborar a versão final da proposta de segunda alteração do Plano Diretor Municipal de Tomar no âmbito do regime extraordinário da regularização de atividades económicas (RERAE). -----



Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**PROPOSTAS:**-----

**PROPOSTA DA PRESIDENTE:** -----

**N.º 02 – REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TOMAR NA MÉDIOTEJO21 - AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO MÉDIO TEJO E PINHAL INTERIOR SUL-----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à representação do município na MédioTejo21 – Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul. ---

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou designar para o efeito o Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão. -----

Esta deliberação foi tomada por três votos a favor e três abstenções da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e dos Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Francisco Lopes Madureira Salgueiro. -----

**N.º 03 – CEDÊNCIA DE VIATURAS NO MÊS DE JANEIRO DE 2019** -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 100/2019 da Presidência, submetendo a ratificação do Executivo Municipal as cedências do autocarro e de viatura ligeira do Município no mês de janeiro. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as cedências efetuadas e os apoios prestados, no montante total de 1.084,58€ (mil, oitenta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos). -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:**-----

**N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017** -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em fevereiro pela Sra. Presidente, ao abrigo das alíneas f) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como os despachos efetuados em janeiro e fevereiro pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão, ao abrigo das alíneas y) e qq) do n.º 1 do referido artigo 33.º e do n.º 4 do artigo 5.º do regime jurídico da urbanização e edificação.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR “TOMARINVESTE”:**-----

**N.º 05 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR - candidatura para alienação do lote 10ALT em direito de superfície**-----



Foi presente proposta da Sra. Presidente referente às informações n.º 42 e 58/GDE/2019, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a análise da candidatura de Daquinta - Material Elétrico, Lda, para alienação do lote 10ALT do Parque Empresarial de Tomar, em regime de direito de superfície, ao abrigo do regulamento do parque empresarial de Tomar. ---

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a candidatura e aprovar a alienação do referido lote em regime de direito de superfície com recurso a hasta pública, ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º do regulamento do parque empresarial de Tomar, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 06 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR - candidatura para alienação do lote 10ALT em regime de propriedade plena**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 59/GDE/2019, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a análise da candidatura de Metalguia - Metalomecânica Unipessoal, Lda, para alienação do lote 10ALT do Parque Empresarial de Tomar, em regime de propriedade plena, ao abrigo do regulamento do parque empresarial de Tomar.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a candidatura e aprovar a alienação do referido lote em regime de direito de superfície com recurso a hasta pública, ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º do regulamento do parque empresarial de Tomar, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:**-----

**N.º 07 – EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE TOMAR – revisão de preços**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 898/2019 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o cálculo da revisão de preços, com caráter definitivo, relativo à empreitada de substituição da cobertura do quartel dos Bombeiros de Tomar, adjudicada a Eco Edifica - Ambiente e Construções, SA, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o cálculo da revisão de preços, com caráter definitivo, sem valores a reportar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



**N.º 08 – EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE TOMAR – Conta final** -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 902/2019 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a conta final da empreitada de substituição da cobertura do quartel dos Bombeiros de Tomar, adjudicada a Eco Edifica - Ambiente e Construções, SA, pelos fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a conta final da empreitada, no valor de 36.797,90€ (trinta e seis mil, setecentos e noventa e sete euros e noventa cêntimos), onde se inclui revisão de preços e o IVA correspondente. -----

Mais deliberou notificar o empreiteiro da conta de empreitada ora aprovada, concedendo o prazo de 15 dias para assinar ou deduzir reclamação fundamentada, nos termos e para os efeitos da legislação aplicável. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 09 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA DA REPÚBLICA --**

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques referente à informação n.º 954/2019 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho da Sra. Presidente que, no âmbito de reunião da Rede Social realizada no dia 14 de fevereiro e ao abrigo do n.º 3 do artigo 14.º do regulamento dos parques de estacionamento cobertos da cidade de Tomar, isentou um veículo do Município de Sintra das tarifas devidas pelo estacionamento no parque de estacionamento da praça da República, no valor de 2,70€ (dois euros e setenta cêntimos).-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o referido despacho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 10 – PARQUES DE ESTACIONAMENTO TARIFADOS NA CIDADE - resultados operacionais no ano de 2018** -----

Foram presentes, para conhecimento, os resultados operacionais dos parques de estacionamento tarifados na cidade no terceiro trimestre do ano transato.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:**-----

**N.º 11 – SEMANA DA JUVENTUDE 2019 – PREÇO DA INSCRIÇÃO NA ATIVIDADE TOMAR COR** -----





Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 263/UDJ/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a fixação do preço da inscrição para participação na atividade designada Tomar Cor, que inclui seguro e kit composto por T-shirt branca personalizada, mochila, pulseira de entrada personalizada, óculos, 5 sacos de pó colorido 35 grs e 2 bastões insufláveis. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou fixar o preço da inscrição em 8,00€ (oito euros), para inscrições até 15 de março, e em 10,00€ (dez euros), para inscrições efetuadas a partir de 16 de março, com IVA incluído, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:** -----

**N.º 12 – EVENTO DENOMINADO FORROBODÓ – isenção de taxas – Tuna Templária do Instituto Politécnico de Tomar**-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 828/DAJA/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pela emissão de licença especial de ruído e de licença de ocupação de espaço público para realização do evento denominado Forrobodó, conforme solicitado pela Tuna Templária do Instituto Politécnico de Tomar, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar das taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 13 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO CARNAVAL DA LINHACEIRA - Associação Cultural e Recreativa de Linhaceira**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de autorização de colocação de publicidade ocasional alusiva ao Carnaval da Linhaceira, nos termos da informação n.º 675/DAJA/2019, pelos fundamentos apresentados.--

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que autorizou a colocação de publicidade, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



**N.º 14 – AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO DA LUSOSMILE MEDICINA DENTÁRIA NAS RUAS DE TOMAR** -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de indeferimento de ação de sensibilização e distribuição de flyers requerida pela empresa Lusosmile Medicina Dentária, atendendo a que o estabelecimento não está licenciado.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que indeferiu a pretensão, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:**-----

**N.º 15 – DESENVOLVIMENTO DE PROJETO NO CONCELHO DE TOMAR NO ÂMBITO DO PROGRAMA CLDS-4G - 4.ª GERAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 298/UISE/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de aceitação do convite formulado pelo Instituto da Segurança Social, IP, para desenvolvimento de um CLDS 4G no concelho de Tomar, de acordo com a Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto, nas áreas da intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil, e da promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa, nos termos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou manifestar interesse no desenvolvimento deste programa no concelho de Tomar e indicar o Centro de Assistência Social de Tomar como Entidade Coordenadora Local da Parceria, dado que reúne os requisitos necessários para a assunção deste papel e tendo em conta a experiência e intervenção nas áreas da infância e do envelhecimento e apoio à população idosa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 16 - PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ANEXO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO RELATIVO AO ANO LETIVO 2018/2019** -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente às informações n.ºs 245 e 256/UISE/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o anexo ao acordo de cooperação celebrado com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e o Instituto de Segurança Social, IP, relativo ao ano letivo 2018/2019, pelos fundamentos apresentados.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o



35

referido documento nos seus precisos termos, ao abrigo do disposto nas alíneas r), u) e hh) do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 17 – ATRIBUIÇÃO DO NOME DE IDALINA VARINO À BIBLIOTECA ESCOLAR DA ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO E JARDIM DE INFÂNCIA DOS TEMPLÁRIOS**-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a apreciação do Executivo Municipal a deliberação tomada a 23 de janeiro pelo Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Templários, para atribuição do nome de Idalina Varino à Biblioteca Escolar da Escola Básica do 1.º Ciclo e Jardim de Infância dos Templários.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a proposta de atribuição do nome de Idalina Varino à Biblioteca Escolar da Escola Básica do 1.º Ciclo e Jardim de Infância dos Templários.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 18 – RESERVA DE RECRUTAMENTO NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – ÁREA DE EDUCAÇÃO**-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 851/DAJA/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de recrutamento de pessoal em reserva de recrutamento, constituída em resultado do procedimento concursal comum para o recrutamento de seis trabalhadores, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Tomar, na carreira e categoria de assistente operacional – área de educação, após deliberação da Câmara Municipal de 30 de janeiro de 2017 e da Assembleia Municipal, de 17 de fevereiro do mesmo ano, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o recrutamento de pessoal em reserva de recrutamento, constituída em resultado do referido procedimento concursal, nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com o n.º 2 do art.º 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----



36

**N.º 19 – AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIO SITO NA RUA DE SANTA IRIA, N.º 12 A 18 - Ninho do Falcão - Actividades Hoteleiras Lda -----**

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 387/EDIF/DGT/2016, relativo à determinação do nível de conservação após conclusão da obra de reabilitação do imóvel sito na rua de Santa Iria, n.º 12 a 18, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, propriedade de Ninho do Falcão-Actividades Hoteleiras Lda, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria n.º 10/2019, de 5 de fevereiro, e a correspondente ficha de avaliação do nível de conservação, nos termos e fundamentos da informação n.º 2294/2019 da Divisão de Gestão do Território. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria n.º 10/2019 e a correspondente ficha de avaliação do nível de conservação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia do interessado, a proposta de avaliação do estado de conservação se considera como definitiva para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 20 – AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIO SITO NA RUA DE SÃO JOÃO, N.º 115 a 119— Isabel Maria Mendes Oliveira-----**

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 8/EDIF/DGT/2019, relativo à vistoria inicial de determinação do estado de conservação do edifício sito na rua de São João, n.º 115 a 119, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, propriedade de Isabel Maria Mendes Oliveira, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria n.º 7/2019, de 4 de fevereiro, e a correspondente ficha de avaliação do nível de conservação, nos termos e fundamentos da informação n.º 2497/2019 da Divisão de Gestão do Território. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria n.º 7/2019 e a correspondente ficha de avaliação do nível de conservação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia do interessado, a proposta de avaliação do estado de conservação se considera como definitiva para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



**N.º 21 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Fernando Manuel Branco -----**

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 1.730,00 m<sup>2</sup> a desanexar do prédio misto sito em Estrada dos Carvalheiros, Santa Cruz, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 2487/19810218, requerida por Fernando Manuel Branco, submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do requerido, nos termos e fundamentos da informação n.º 2186/2019 da Divisão de Gestão do Território.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos da informação n.º 2186/2019 da Divisão de Gestão do Território, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 22 – TOPONÍMIA - ATRIBUIÇÃO DO TOPÓNIMO RUA JOSÉ ROSA VENÂNCIO A ARTÉRIA DA FREGUESIA DE SABACHEIRA -----**

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 98/2019 da Presidência, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição do topónimo rua José Rosa Venâncio ao troço da EM524 entre a rua Principal e a rua dos Frades, ambos na zona designada como Vale de Lobos, na freguesia de Sabacheira, identificada em planta, revogando a deliberação tomada a 30 de janeiro de 2017, pelos fundamentos apresentados. --

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o nome de rua José Rosa Venâncio ao troço da EM524 entre a rua Principal e a rua dos Frades, ambos na zona designada como Vale de Lobos, na freguesia de Sabacheira, identificada em planta, revogando a deliberação tomada a 30 de janeiro de 2017, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 23 – ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE COMÉRCIO PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS – ESTACIONAMENTO - Luís Manuel Monteiro Ramos e outros -----**

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 399/EDIF/DGT/2018 relativo à alteração de utilização de loja sita no rés-do-chão do prédio sito na rua João dos Santos Simões n.º 51 e 53, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, requerida por Luís Manuel Monteiro Ramos e outros, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a redução de um lugar de estacionamento a criar e a isenção do pagamento da respetiva compensação, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 13380/2018 da Divisão de Gestão do Território.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a



redução do lugar de estacionamento a criar e isentar do pagamento da respetiva compensação, ao abrigo dos números 5.4 e 5.5 do artigo 23.º do regulamento municipal de urbanização e de edificação, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 24 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade** -----

No seguimento da deliberação tomada a 26 de outubro de 2015, foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 489/2009, relativo ao licenciamento de construção de uma garagem em Peralva, Freguesia de Paialvo, em que é requerente Raúl José dos Reis, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração em definitivo da caducidade do licenciamento, nos termos e fundamentos da informação n.º 2094/2019 da Divisão de Gestão do Território. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou declarar em definitivo a caducidade do licenciamento. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:**-----

**N.º 25– APOIO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS À 2.ª CORRIDA DA CRIANÇA DE SÃO PEDRO**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 315/2019 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pelo apoio prestado pelos Bombeiros Municipais à 2.ª Corrida da Criança de São Pedro, conforme solicitado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar de São Pedro de Tomar. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar de São Pedro de Tomar do pagamento devido pela assistência prestada ao evento pelos Bombeiros Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----

**N.º 26 – DOAÇÃO DE CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS - COLEÇÃO VISITÁVEL**-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação de caixas de fósforos que Maria Isabel Roque Cruz pretende doar ao Museu dos Fósforos - Coleção visitável, cujo valor se desconhece.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a



doação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 27 – DOAÇÃO DE CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS - COLEÇÃO VISITÁVEL**-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação de caixas de fósforos que Teresa Vieira doou ao Museu dos Fósforos - Coleção visitável, cujo valor se desconhece. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a doação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**EXPEDIENTE:**-----

**N.º 28 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a cedência do autocarro municipal para assegurar a deslocação a Tomar de formandos do Instituto do Emprego e Formação Profissional, no dia 26 de fevereiro, para participar em atividade inserida na semana de preparação da seleção nacional no WorldSkills 2019 -Campeonato Mundial das Profissões, a realizar na Rússia, com o custo estimado de 276,10€ (duzentos e setenta e seis euros e dez cêntimos). -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o referido despacho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**Terminados os trabalhos, sendo dezassete horas e vinte seis minutos, o Sr. Vice-Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.**-----

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.**---

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
